



“VIDA BANDIDA”: figurantes na sociedade, protagonistas na mídia¹

Larissa Barreto
Milena Ribeiro
Núbia Passos²

Faculdade 2 de Julho. Como docentes orientadores o Prof^o José Henrique Freitas e a Prof^a Cristina Mascarenhas.

Resumo

A leitura dos livros *Cabeça de Porco*, *Elite da Tropa e Falcão - Meninos do Tráfico* nos fez perceber a realidade brasileira através de uma outra ótica, que até então só era conhecida a partir da mediação superficial e estigmatizada levada a cabo pelos meios de comunicação de massa (MCM). Este ensaio consiste em problematizar a questão da (ir)responsabilidade e/ou a contribuição dos veículos midiáticos para a criação de estereótipos, fortalecimento da reprodução de preconceitos e da invisibilidade de uma parcela da sociedade. Assim, nos baseamos na observação diária dos produtos da mídia e nas referências que as pessoas fazem através dos discursos construídos e disseminados em relação aos indivíduos oriundos de classes menos favorecidas.

Palavras-chave

Exclusão; Imagem; Indivíduo marginalizado; Invisibilidade; Mídia.

A discussão desse artigo consistirá em uma reflexão acerca da situação segregadora em que vivem os moradores de favela e de como a mídia, juntamente com a sociedade, estereotipam esses indivíduos. Desse modo a abordagem procura retratar como as classes menos favorecidas sofrem com os estigmas e como estes podem influenciar na relação entre a sociedade e os indivíduos marginalizados, e também os conseqüentes reflexos na vida urbana.

A partir desses pressupostos procuramos explicitar a idéia do esgarçamento do tecido social, que é engendrado pela existência de preconceito e exclusão, os quais contribuem para o processo de formação da auto-imagem do indivíduo marginalizado. O referido comportamento é consolidado pela mídia, que assume a função de construtora da realidade, atuando e interferindo nesse processo de maneira decisiva em virtude de interesses preestabelecidos. “[...] as notícias são distorções sistemáticas que servem os

¹ Trabalho apresentado no III Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação.

² Discentes do 3º semestre do Curso de Comunicação Social - Jornalismo.



interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos que utilizam as notícias na projeção da sua visão do mundo, da sociedade, etc” (TRAQUINA, 2005, p.163).

Dentre os fatores gerados pelas práticas excludentes percebemos a incansável busca pela visibilidade social que alguns jovens manifestam através do fascínio por *status* e sedução proporcionados pelas armas de fogo, as quais representam para eles reconhecimento e poder. A maneira que esses indivíduos encontram para serem notados é descrita com propriedade no livro *Cabeça de Porco*, no capítulo *O menino invisível se arma*: “O sujeito que não era visto, impõe-se a nós. Exige que o tratemos como sujeito. Recupera visibilidade, recompõe-se como sujeito, se reafirma e reconstrói” (ATHAYDE et al., 2005, p.215).

Partindo dessas premissas abordaremos aspectos sociais, psicológicos e comunicacionais, que aparecerão constantemente no decorrer da pesquisa como fatores determinantes tanto para quem exclui quanto para os excluídos.

Para o psicanalista André Green apud Bock et al. (2002, p.203-204), a identidade faz parte de uma construção contínua e permite uma relação com os outros, propiciando o reconhecimento de si. Assim, quando essa identidade tem atributos carregados de um valor negativo, o estigmatizado e os demais incorporam as associações que influem no processo de internalização dos comentários, e ele passará a se ver como os outros o enxerga. Isso atinge a autoconfiança e a auto-imagem dos indivíduos. Exemplo dessa estigmatização aconteceu em 1986, quando cartazes com o título “defeito de fabricação” foram espalhados por Salvador, capital baiana, com a imagem de um jovem negro, usando correntinhas no pescoço, canivete na mão e tarja nos olhos e seguidos pela mensagem: “Tem filho que nasce para ser artista. Tem filho que nasce para ser advogado e vai ser embaixador. Infelizmente, tem filho que já nasce para ser marginal” (SODRÉ, 1999 p.235). Ambientes socialmente desfavoráveis podem pôr em risco o amadurecimento e a formação desses jovens enquanto cidadãos. Ser foco de discriminação pela origem ou cor da pele também gera revolta e reivindicação por oportunidades iguais, pois aqueles que sofrem com as injustiças sociais se percebem menosprezados, desvalorizados e inferiorizados socialmente.

Na atual conjuntura brasileira a realidade socioeconômica é pautada na dissociação entre favela e sociedade, sendo a última segregadora e responsável pela caracterização



da imagem do pobre favelado, que para ela é interessante tornar invisível. A invisibilidade social é um problema contemporâneo que deve ser combatido pela sociedade, pois como descrito em *Cabeça de Porco* pode gerar revolta e atos criminosos, porém não se trata de uma questão determinante, pelo contrário, está relacionada a outros fatores que apontam para a gravidade e complexidade da violência nas grandes cidades.

Pobres, negros, homossexuais, mulheres e analfabetos são os principais alvos de expressões preconceituosas, no entanto, isso aparece mascarado através dos discursos e representações ideológicas, elementos indissociáveis que materializam o pensamento dominante, que é disseminado pela elite detentora dos MCM, e intitula o Brasil como um país democrático onde a miscigenação dos povos e o grande número de religiões proporcionam uma convivência harmoniosa. Mas, sabemos que isso se trata de um mito, pois se o País não fosse racista e excludente não se enquadraria, por exemplo, no rol dos países com maior concentração de renda do mundo.

Mas em sociedades hierarquizadas e pessoalizadas como o Brasil, a gradação e o clientelismo diluem o preconceito que sempre pode ser visto como dirigido contra aquela pessoa e não contra toda uma etnia. Daí a nossa crença em que não temos preconceito racial, mas social, o que, tecnicamente é a mesma coisa. Numa sociedade onde somente agora se admite não existir igualdade entre as pessoas, o preconceito velado é uma forma muito mais eficiente de discriminar, desde que essas pessoas “saibam” e fiquem no seu lugar (DAMATTA, 2004, p.26).

Inseridos em uma sociedade historicamente preconceituosa, jovens moradores de favelas, em sua grande maioria afrodescendentes, são impedidos de desfrutar de uma condição de vida digna, com igualdade e oportunidade de acesso aos bens necessários à existência humana, como trabalho, habitação, saúde, educação, lazer e reconhecimento, fatores estruturais que constituem a condição para efetivação da cidadania. Conforme o Relatório “The Challenge of the slums” (O desafio das favelas), divulgado pelas Nações Unidas em, 2001 32% da população das cidades do mundo moravam em favelas (ALVES et al., 2006).



O mini-dicionário Luft conceitua o termo favela como “conjunto de casebres toscamente construídos e densamente povoados”, os habitantes desses casebres são as principais vítimas da exclusão e da falta de assistência governamental e, se vivem de forma precária é porque existem interesses que inviabilizam qualquer tipo de melhoria. O poder público que deveria, por obrigação, prezar pela sociedade em geral, priva os favelados - como costumam ser chamados - dos mínimos direitos. Eles funcionam apenas como uma espécie de “figurantes” sociais, para os quais só cabe o dever de pagar impostos. Diante disso, os moradores das periferias percebem-se como principais vítimas da desigualdade, a qual distancia cada vez mais o morro do “asfalto”, situação alimentada pela própria sociedade, acrescida da participação das violentas incursões policiais às favelas e reforçada pelos discursos preconceituosos dos veículos de comunicação. No Brasil, devido à má distribuição de renda, vem ocorrendo um fenômeno conhecido como favelização, resultante da dívida social que propicia o crescimento desequilibrado de moradias “amontoadas”, onde vivem pessoas em condições subumanas.

A grande luta desses meninos é contra a invisibilidade. Nós não somos ninguém e nada se alguém não nos olha, não reconhece o nosso valor, não preza a nossa existência, não devolve a nós nossa imagem munida de algum brilho, de alguma vitalidade, de algum reconhecimento. Esses meninos estão famintos de existência social, famintos de reconhecimento (Depoimento do sociólogo Luiz Eduardo Soares. *Ônibus 174*, 2002).

Para tentar suprir as lacunas econômicas, familiar e até mesmo social, muitos jovens enveredam pelo comércio ilegal de drogas, passam de pequenos “falcões” a comandantes de quadrilhas e facções, pois a curto prazo é o meio mais fácil de eles ganharem dinheiro. O desvio de conduta de alguns não representa a totalidade, entretanto, acontece um estigma generalizado. Os indivíduos que estão à margem da sociedade são constantemente discriminados, pois a eles são atribuídas denominações pejorativas de marginais, bandidos, delinquentes e são vistos como uma ameaça à população que vive no “asfalto”. Muitos não conseguem trabalho por morar em favelas, porque as pessoas associam estas à criminalidade. “Drogas, armas, sem futuro/Moleque cheio de ódio, invisível no escuro/É fácil vir aqui e mandar matar/Difícil é dar uma



chance a vida/Não vai ser a solução mandar blindar/O menino foi pra vida bandida” (Falcão-MV Bill).

O fato de citarmos que a situação de abandono pode causar o ingresso de muito jovens no mundo do crime, não significa dizer que todos que lá estão são vítimas e, por isso, devem ser perdoados pelos seus atos. Porém, devemos pensar e questionar as autoridades sobre como as penas estão sendo aplicadas, se realmente dão resultados e se não deveria haver uma reestruturação no sistema penal brasileiro. O filme *Carandiru* e o documentário *O prisioneiro da grade de ferro* também discutem a maneira subumana de tratamento dos detentos e a indiferença social. O livro *Elite da Tropa*, mesmo sendo uma obra fictícia, também aborda como a polícia trata os possíveis transgressores, o terror que impõe à população e a corrupção dentro da própria instituição.

O Brasil privilegiado não conhece o Brasil segregado, todavia insiste em fazer julgamentos acerca da integridade moral de seus tão próximos e, ao mesmo tempo, tão distantes cidadãos. Estamos acostumados a ver descrições e abordagens superficiais de quem não conhece a realidade brasileira de perto, mas através de avaliações por amostragens, as quais tratam pessoas como meras estatísticas. Não se preocupam em saber o que os indivíduos acham a respeito de sua situação enquanto cidadãos privados de direitos, nem de como eles avaliam as abordagens dos estudiosos e da mídia.

A sociedade não se importa com os indivíduos que estão à margem dos direitos garantidos aos cidadãos, apenas se lembra deles quando se sente ameaçada ou, quando de forma irresponsável a mídia aborda assuntos relacionados a este segmento social. Insistentemente na imprensa populista e sensacionalista são agendados diferentes enfoques para os assuntos relacionados à criminalidade, entretanto, sem disponibilizar espaço suficiente para a população que se encontra à margem dos mais ínfimos direitos. Em 7 de fevereiro de 2007, João Hélio, um garoto de 6 anos de classe média alta, foi arrastado por sete quilômetros preso no cinto de segurança do carro de sua mãe, que havia sido roubado, na Zona Leste do Rio de Janeiro. A imprensa, de maneira sensacionalística, passou semanas seguidas noticiando e pautando discussões na sociedade sobre a violência, como se fosse o primeiro caso de atrocidade contra uma criança. Em 1º de outubro de 2006 Renan Ribeiro de 3 anos, morador da Favela da Maré, levou um tiro de fuzil na barriga, no entanto a divulgação que a mídia deu sobre o assunto foi de que a criança tinha sido “mais uma vítima de bala perdida”, embora



houvesse várias testemunhas garantindo que o tiro viera de um policial. Essa notícia foi veiculada como um caso a mais no jornalismo, porém o enfoque dado ao caso João Hélio teve uma repercussão enorme na opinião pública, devido à insistência dos *medias*.

A população brasileira aceitou a idéia de que a violência urbana e o tráfico de drogas são realidades inerentes e irreversíveis à realidade brasileira. Dessa forma, reagem às notícias diárias sobre criminalidade como se fossem situações “normais” e inevitáveis. Nos folhetinescos comerciais permeiam construções espetacularizadas, exacerbadas como intuito de “modelar” a audiência para futuros julgamentos pré-concebidos a respeito dos excluídos.

O documentário *Ônibus 174*³ retrata com enfoque mais aprofundado e analítico o seqüestro de um ônibus no Rio de Janeiro por Sandro do Nascimento, discute e contextualiza as causas que o levaram a tomar essa atitude violenta e assim, tenta mostrar a história que carregava aquele jovem de 21 anos, que ficou despercebida pela cobertura midiática, sendo este o principal foco da “trama”. Sandro aos seis anos viu sua mãe ser assassinada, fugiu para a rua, foi um dos sessenta e nove sobreviventes da Chacina da Candelária⁴. Depois de tantos anos vivendo sob a invisibilidade para quase todos os segmentos sociais, encontra-se no momento do seqüestro como protagonista, mas diferente dos mocinhos exaltados pela mídia, ali ele era um anti-herói, que aterrorizava e deixava os brasileiros e o mundo apreensivo ao ver em tempo real um “criminoso”, aparentemente sob o efeito de entorpecentes, ameaçando matar a qualquer hora seus reféns. A televisão para esses invisíveis é a maneira mais eficaz de se sentirem parte da sociedade e percebidos por ela, por isso esse vislumbre pela aparição: [...] ele falava que eu ia ver ele na televisão fazendo sucesso. Eu peguei e falei a ele: - meu filho, eu espero e quero que ver você fazendo sucesso e você também vendo. Ele disse: - e a senhora vai ver. Se eu não ver, a senhora vai ver. (Dona Elza, mãe adotiva de Sandro. *Ônibus 174*, 2002).

³ O documentário foi lançado em 2002, pelo diretor José Padilha, sua construção mergulha fundo no episódio, principalmente nas questões sociais e na história de Sandro do Nascimento. O filme busca sair da superficialidade da imagem de bandido violento e drogado, exibida pelos principais veículos de comunicação, durante as 4h de cobertura do acontecimento em 12 de junho de 2000.

⁴ A Chacina da Candelária aconteceu na madrugada do dia 23 de julho de 1993, no Rio de Janeiro, quando seis homens encapuzados assassinaram oito menores dos setenta e sete que dormiam na Praça da Candelária, a atitude foi uma represália ao apedrejamento de carros da polícia e conflitos entre os meninos de rua e os guardas.



A certeza de que ao responder as expectativas das pessoas – a população devido ao estigma espera atitudes violentas e ilícitas por parte dos indivíduos das classes abastadas – pode ser a única e mais expressiva maneira de notoriedade, os marginalizados se sentem estimulados e recompensados ao verem-se nas páginas dos jornais, ou como principal notícia dos programas de telejornalismo. Assim, para seu alcance não importa o método, já que a maioria excluída e também privada de uma estrutura ou aparato familiar, não tem nada a perder, então não importa o modo a ser adotado para esse reconhecimento, o importante é ser reconhecido, mesmo que depois de mortos. E ainda encontra nos meios de comunicação uma base para fixar seus “ideais”, pois contam com atitudes como a de Sandro, para a partir de coberturas sem contextualização e despreocupadas com a situação social desses sujeitos, afirmarem os estereótipos e propagar terror.

A consciência do impacto causado pelo sensacionalismo resulta em um jornalismo cuja intenção comercial é mais válida do que a responsabilidade social. E é assim que se comportam alguns veículos midiáticos, sobrepondo os princípios jornalísticos e éticos aos interesses lucrativos. E, conforme está previsto no parágrafo I Art.1º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, vigente desde 1987, “O acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse”. Sendo assim, essa sobreposição do interesse social e coletivo pela disputa de audiência e anunciantes, atinge além da ética pessoal, a profissional.



REFERÊNCIAS:

Livros:

ATHAYDE; Celso; SOARES, Luiz Eduardo; MV Bill. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. 295 p.

ATHAYDE, Celso; MV Bill. **Falcão – Meninos do Tráfico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006. 272 p.

BATISTA, André; PIMENTEL, Rodrigo; SOARES, Luiz Eduardo. **Elite da Tropa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. 312 p.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: EDUFMG, 1998. p.105-128.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO; Odair; TEIXEIRA; Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p.202-210.

FIORIN, José Luís. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 2. ed. 1999. p.26-48.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 102 p.

LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft**. São Paulo: Ática. 2000. p.323.

SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil – A trilha do círculo vicioso**. São Paulo: Senac, 2001. p.28-37.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, Mídia e Violência**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p.110.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros – identidade povo e mídia no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p.272.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.299-321.

Artigos:

ALVES, Aline; BRITO, Glauber; LIMA, Jaiane; MODESTO, Cristiane; PEREIRA, Adilton; QUADROS, Adriana. **Cadeia da Violência**. F2J. Salvador. Junho/2006.

BATISTA; Fabiana; CRUZ, Djalma; DIAS, Celeste; FAGUNDES, Bárbara Larissa; PEREIRA; Danielle. **Jovem da favela: um ser invisível**. F2J. Salvador. Junho/2006.

BUDÓ, Marília Denardin. **Mídia e crime: a contribuição do jornalismo para a legitimação do sistema penal**. UFSC-SC. Julho/2006.

CONTE, Marta; HENN, Ronaldo; OLIVEIRA, Carmem; WOLFF, Maria Palma. **Notícias: dos crimes às transmutações de sentidos**. UFRGS. 2005.

DOMINGUES, Sérgio Luís. **Sorria, você está sendo enganado!**. Observatório da Imprensa. Agosto/2006.



KEHL, Maria Rita. **As asas quebradas**. Folha de São Paulo. Março/2006.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Dialética da marginalidade**: caracterização da cultura contemporânea. Folha de São Paulo. Março/2004.

ROSENFELD, Denis Lerrer. **Falcões ou pombos-correio?**. Folha de São Paulo. Março/2006.

ZALUAR, Alba. **Ensaio sobre a cegueira**. Folha de São Paulo. Março/2006.

Audiovisuais:

Carandiru. Filme dirigido por Hector Babenco. Duração: 148 minutos. Distribuição: Sony Pictures Classics / Columbia TriStar do Brasil. Brasil, 2003.

Cidade de Deus. Filme dirigido por Fernando Meirelles. Duração: 135 minutos. Distribuição: Lumière / Miramax Films. Brasil, 2002.

Falcão – Meninos do Tráfico. Documentário dirigido por MV Bill e Celso Athayde. Duração: 58 minutos. Distribuição: Som Livre. Brasil, 2006.

Notícias de uma guerra particular. Documentário dirigido por João Moreira Salles e Kátia Lund. Duração: 56 minutos. Distribuição: Videofilmes. Brasil, 1999.

Ônibus 174. Documentário dirigido por José Padilha. Duração: 117 minutos. Distribuição: Rio Filmes. Brasil, 2002.

O prisioneiro da grade de ferro. Documentário produzido por Paulo Sacramento. Duração: 123 minutos. Distribuição: California Home Video Brasil, 2003.

O resgate pela arte. Documentário produzido por Antonio Ricardo, Dinaldo dos Santos, Hilka Magalhães, Igor Leonardo e Luciano Souza. Duração: 30 minutos. Salvador/Ba, 2006.